

AUMENTO DA POBREZA FORA DOS NÚMEROS OFICIAIS

Dados e relatos de instituições de todo o país, recolhidos pelo Expresso ao longo de um ano, mostram um agravamento da pobreza que as estatísticas oficiais já não apanham. Mesmo as famílias que já voltaram ao trabalho continuam a ter de pedir ajuda para comer ou pagar contas. A inflação está, em silêncio, a afundá-las ainda mais

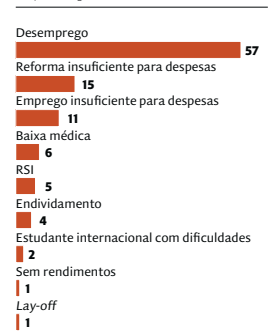
Textos RAQUEL ALBUQUERQUE Infografia JAIME FIGUEIREDO

Ter de pedir ajuda para pagar uma botija de gás, uma consulta ao dentista, os óculos de um filho, um medicamento mais caro, a caução de um quarto para conseguir um contrato de arrendamento, umas compras no supermercado ou uma conta em atraso que irá cortar a luz continua a acontecer a milhares de famílias em Portugal. Muitas até já estão novamente a trabalhar, mas têm salários tão baixos, estão tão presas ao que não conseguiram pagar nos últimos dois anos e tão afundadas pela acentuada subida dos preços que não conseguem subsistir sem pedir apoio. De norte a sul do país, as instituições sociais avisam que a pobreza continua bem acima da realidade pré-pandemia e que os sinais positivos de recuo do desemprego, da retoma económica e do regresso do turismo só contam uma parte da história.

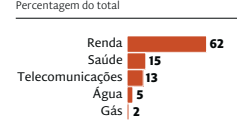
“Chegam-nos pessoas que perderam negócios e não encontraram solução, casais que não recuperaram trabalhos informais que equilibravam os baixos salários ou que contraíram dívidas que não conseguem pagar. Procuram-nos porque o dinheiro não chega para a renda, luz, água, gás, alimentação e medicação”, relata Ana Sofia Pereira, da ação social da Cáritas do Algarve. O retrato repete-se na outra ponta do país. “Ajudamos estudantes universitários, famílias com filhos a quem o salário não chega, beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) que não conseguem pagar todas as despesas, mães sozinhas que equilibravam o salário com trabalhos em limpezas que não recuperaram, famílias com problemas de saúde, idosos a cargo ou alguém com deficiência”, diz Cristina Figueiredo, diretora da Cáritas de Bragança.

Também os migrantes continuam a recorrer às instituições. Beja lida com as carências graves dos trabalhadores agrícolas, Faro com a sazonalidade do turismo. A Viana do Castelo ou Portalegre chegam trabalhadores para a pesca ou para fábricas que os requisitam sempre que a produção aumenta. “A afluência é muito grande. As pessoas vêm com promessa de trabalho, mas nada sólido. Como não conseguem pagar casa, ficam em *hostels* ou pensões até esgotarem as economias”, diz Anabela Afonso, da Cáritas de Portalegre e Castelo Branco. No

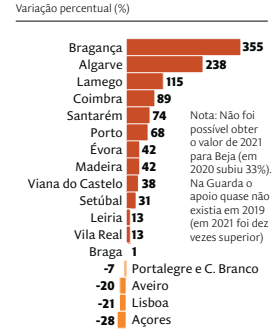
MOTIVOS PARA OS PEDIDOS DE APOIO À CÁRITAS



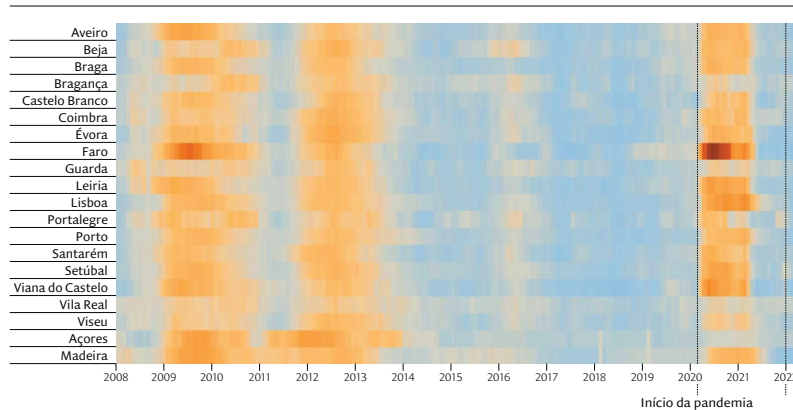
DESTINO DO APOIO DA CÁRITAS ÀS FAMÍLIAS



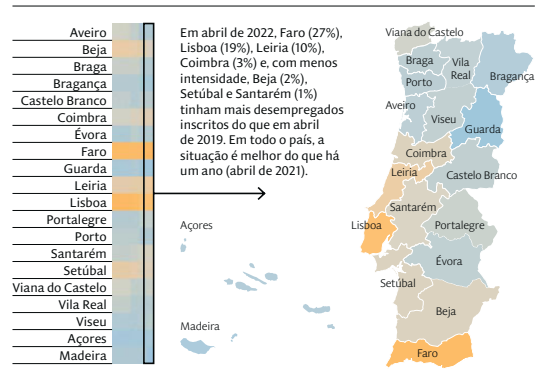
APOIO ECONÓMICO ÀS FAMÍLIAS EM 2021 COMPARADO COM 2019



DESEMPREGADOS INSCRITOS NOS CENTROS DE EMPREGO POR DISTRITO



DESEMPREGADOS INSCRITOS EM 2022 COMPARADOS COM 2019



Falta de habitação e baixos salários entre os seis m

Mais de 20% das famílias que pediram ajuda à Deco este ano ganham menos do que o salário mínimo. Quase 70% trabalham

As carências sociais de migrantes e de estudantes universitários estão entre os seis maiores problemas a chegar às instituições. A falta de habitação e os baixos salários, transversais a todo o país, são considerados os mais difíceis de resolver.

RENDAS INACESSÍVEIS

Faltam casas, não há habitação social, as rendas não são com-

pativeis com os salários e a sobrelotação está a tornar-se mais frequente, dizem as instituições sociais. As dificuldades não estão só nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, mas em muitos outros pontos do país, como Faro, Beja, Castelo Branco, Coimbra ou Portalegre. “Existe pouca habitação social e é muito difícil arrendar. Um T2 ronda os €700 na cidade de Faro, e isso é um salário mínimo”, resume Ana Sofia Pereira, da Cáritas do Algarve. Em Setúbal, a pandemia aumentou o número de sem-abrigo, o que levou a instituição a arrendar apartamentos partilhados, através de um protocolo com a Segurança

Social, para acomodar cerca de 15 pessoas que ficaram sem casa. As autarquias também não conseguem dar resposta aos pedidos de apoio das famílias, incluindo de migrantes que chegam como resposta à falta de mão de obra em áreas como a agricultura.

MIGRANTES COM CARÊNCIAS SOCIAIS

As instituições descrevem um crescimento gradual do número de migrantes a pedirem apoio, tanto por falta de habitação como por terem rendimentos instáveis e insuficientes para as despesas. Em Beja, o aumen-

to do fluxo migratório é visível. “O acréscimo já não tem a ver com a pandemia, é mesmo uma nova realidade. Inicialmente, os migrantes vinham de forma temporária, com contratações sazonais. Mas o aumento da área agrícola no Alentejo, com maior exigência de mão de obra, gerou fluxos permanentes ao longo de todo o ano”, explica Teresa Martins, do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) de Beja. A outros pontos do país, como Coimbra, chegam também cada vez mais famílias oriundas de países africanos e do Brasil. “Temos tido muita procura de famílias com fi-

lhos que chegam para trabalhar e trazem algumas poupanças. Empregam-se na restauração, limpezas ou construção civil, mas o que ganham não chega e a certa altura ficam completamente desprotegidos”, relata Ana Paula Cordeiro, da Cáritas de Coimbra. Em Viana do Castelo, por exemplo, aumentam os pedidos de famílias oriundas do Brasil, Cabo Verde e São Tomé.

ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS SEM BOLSA

Um dos grupos a que as instituições sociais tiveram de pres-

tar apoio nos dois últimos anos foram os estudantes universitários, sobretudo oriundos de países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), em locais distintos como Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Guarda ou Faro. Logo no início da pandemia, chegaram diretamente ao Banco Alimentar de Castelo Branco pedidos de quase 100 alunos que tinham ficado sem nada. “Uns têm bolsas dos seus países de origem, outros nem isso têm e vivem com muitas dificuldades, inteiramente dependentes de trabalhos temporários ou *part-time*, muitas vezes de forma precária e irregular.

Porto, as "fragilidades" da população estrangeira ficaram mais expostas, alerta a Santa Casa. O problema estende-se a Lisboa, Coimbra ou Bragança.

CRISE SOCIAL

INVESTIGAÇÃO

COMO CORRIGIR INDICADORES

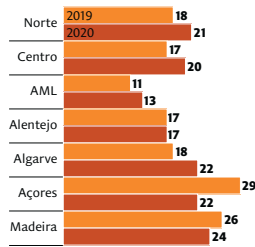
Ao longo do último ano, o Expresso recolheu dados e relatos de instituições como a Cáritas, Banco Alimentar e Misericórdias de todos os 20 distritos e regiões do país, comparando-os com a evolução dos desempregados inscritos em centros de emprego e dos beneficiários do RSI. Ao Ministério da Segurança Social o Expresso pediu várias vezes dados de evolução dos atendimentos sociais por concelho, mas não obteve resposta.

As estatísticas públicas mostram que o desemprego está a recuar desde meados de 2021 e em abril já havia menos 7% de beneficiários de RSI do que no mesmo mês de 2019. Mas muitas das famílias que recorrem às instituições não estão nos números do desemprego ou de prestações sociais porque voltaram ao trabalho. E o maior problema é que nem mesmo os indicadores de pobreza do Instituto Nacional de Estatística (INE) conseguiram captar com rigor o impacto da inflação no agravamento das dificuldades económicas destas famílias, porque a linha de pobreza varia de acordo com os rendimentos médios da população e não consoante o custo de vida. Contudo, basta pensar que uma pessoa a viver sozinha com €545, que não foi considerada pobre em 2020 por estar acima da linha de pobreza (€540), já viu a subida de preços encolher os seus rendimentos para um valor que agora a colocaria abaixo desse limiar.

"Temos uma quebra de poder de compra brutal entre 2021 e 2022, que resulta essencialmente da inflação e não tanto da alteração de rendimentos, e que, portanto, não irá alterar os indicadores de pobreza. Até pode não haver um aumento da pobreza monetária em 2022, mas há uma perda de condições de vida muito significativa", alerta Carlos Farinha Rodrigues, economista e professor do Instituto Superior de Economia e Gestão. "É preciso pensar em indicadores que corrijam as estatísticas da pobreza." Lembrando que a inflação é uma "novidade" nestes cálculos, o especialista propõe como solução criar um cabaz de bens essenciais "que sirva de referência" para a linha de pobreza.

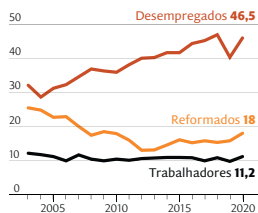
RISCO DE POBREZA POR REGIÃO

Em percentagem



RISCO DE POBREZA CONSOANTE SITUAÇÃO NO TRABALHO

Em percentagem



VEJA O TRABALHO MULTIMÉDIA EM EXPRESSO.PT

Sinal das dificuldades, em um dia cinco portugueses está a comprar menos quantidade de carne e peixe, segundo um inquérito da Deco/Proteste. Cerca de um quinto cancelou consultas no dentista por falta de dinheiro e 40% não têm margem financeira para superar um agravamento da crise. Uma botija de gás aumentou €7,30 num ano e o preço de alimentos básicos, como carne, peixe, ovos, manteiga, batatas e arroz, subiu mais de 20% desde janeiro.

O Banco Alimentar estava em março a apoiar mais 52 mil pessoas do que antes da pandemia. E o apoio económico dado às famílias continua, na maior parte das Cáritas Diocesanas, a ser superior ao que era. Ambas as instituições vão manter ativas as respostas de emergência criadas em 2020. "Os grandes indicadores não refletem a realidade do terreno e, por vezes, até a afrontam", resume Rita Valadas, presidente da Cáritas. O mesmo diz Isabel Jonet, responsável pelo Banco Alimentar. "Continua a haver muita precariedade, salários muito baixos, e o dinheiro que as pessoas ganham não chega. Estão mais pobres, e isso escapa às estatísticas, até porque muitas nem se queixam." Manuel de Lemos, presidente da União das Misericórdias, alerta para a inflação. "Há cada vez mais pessoas empregadas, mas muitas recebem o salário mínimo. Quer em zonas rurais, quer urbanas, são visíveis os efeitos da subida de preços."

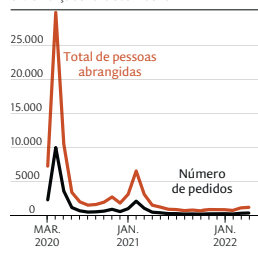
Quase 70% das famílias endividadas que pediram ajuda à Deco trabalham e cerca de 20% ganham menos que o salário mínimo. Contudo, segundo o "Jornal de Notícias", o recuo do desemprego levou o Governo a querer reduzir de 120 mil para 90 mil o número de beneficiários de cabazes alimentares do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC). Sabe-se, porém, que ter emprego é cada vez menos uma garantia em Portugal: um terço dos pobres trabalha e temos uma das percentagens de trabalhadores pobres mais altas da União Europeia (11,2% em 2020).

FALTAM DADOS A NÍVEL LOCAL

O impacto da pandemia não foi idêntico em todo o país. Em março de 2020, os pedidos de ajuda alimentar dispararam, e em apenas 10 dias 2500 famílias preencheram o formulário online do Banco Alimentar. Nove em cada dez

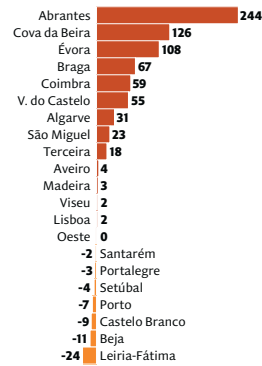
PEDIDOS DE AJUDA MENSAL AO BANCO ALIMENTAR

Registados na Rede de Emergência Alimentar (REA) entre março de 2020 e abril de 2022



PESSOAS APOIADAS PELO BANCO ALIMENTAR EM MAR/22

Variação face à média mensal em 2019 (%)



FONTES: IEF, SEGURANÇA SOCIAL, INE, CÁRITAS PORTUGUESA, CÁRITAS DIOCESANAS E BANCO ALIMENTAR

viviam sem precisas de apoio, a grande maioria residia em Lisboa, Setúbal e Porto. Em zonas urbanas, com mais população em idade ativa, turismo e serviços, maior peso da precariedade e da falta de habitação, os efeitos do confinamento foram rápidos e intensos. O desemprego e a suspensão de atividades afundaram milhares de famílias, muitas a viver no limite, com baixos salários e trabalhos informais. O Algarve chegou a junho de 2020 com três vezes mais desempregados, mas também a Madeira e Lisboa, arrastadas pelo tombo do turismo, tiveram quedas acentuadas.

Em zonas mais rurais, com população envelhecida, menos indústria e empresas, como Beja, Castelo Branco, Guarda ou Portalegre, as instituições assistiram sobretudo a um agravamento de carências já existentes. O desemprego não teve um peso demolidor. "Houve pessoas a ficar sem trabalho, com na restauração, mas sem um impacto muito visível", diz Anabela Afonso.

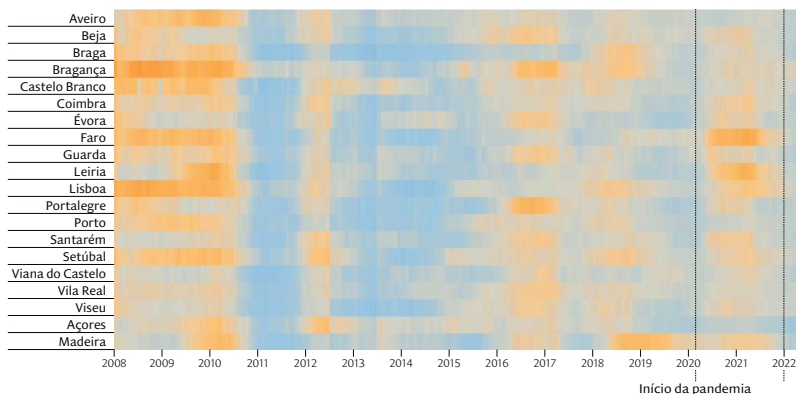
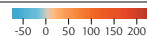
Nos primeiros quatro meses de 2022, a situação já era melhor em todos os distritos face a 2021. Contudo, o retrato é outro se a comparação for feita com o período pré-pandemia: Faro, Lisboa e Leiria ainda tinham em abril mais desempregados inscritos e beneficiários de RSI do que em abril de 2019. Setúbal, Beja, Coimbra e Santarém também não recuperaram inteiramente do desemprego. Bragança e Madeira ainda têm mais beneficiários de RSI do que antes.

Há pouca informação sobre a pobreza a nível local, uma vez que os indicadores do INE não vão além da região. Mas ajudaria ter mais dados, até porque Portugal está comprometido com a meta europeia de tirar 660 mil pessoas da pobreza, incluindo 170 mil crianças e 230 mil trabalhadores, até 2030. A Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, aprovada em dezembro e sem nenhum avanço desde então, defende a criação de uma base que cruze estatísticas oficiais com dados administrativos locais. Criar esse sistema ajudaria a retratar a realidade social no país, defende Farinha Rodrigues. "Isso transformaria completamente a intervenção a nível local no combate à pobreza em Portugal."

Este trabalho foi feito com uma bolsa de investigação jornalística da Fundação Calouste Gulbenkian

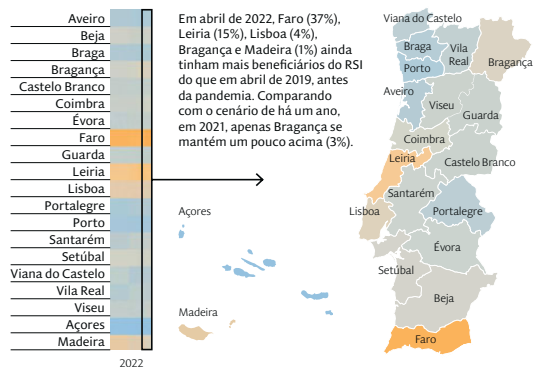
BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO (RSI) POR DISTRITO

Variação percentual (%) de cada mês face ao mesmo mês do ano anterior entre jan./08 e abr./22



BENEFICIÁRIOS DO RSI EM 2022 COMPARADOS COM 2019

Variação percentual (%) de janeiro a abril de 2022 face aos mesmos meses antes da pandemia



aiores problemas a chegar às instituições

Na pandemia ficaram privados desses rendimentos e tiveram de pedir ajuda para comer, pagar renda ou propinas. Houve mesmo situações de fome, porque tiveram vergonha de pedir apoio", relata Cristina Figueiredo, da Cáritas de Bragança. Ainda hoje as instituições continuam a apoiar alguns destes estudantes universitários.

RENDIMENTOS INSUFICIENTES PARA O BÁSICO

Quase dois terços do apoio dado pela Cáritas nestes dois anos destinaram-se a pagar rendas.

E 26% do montante atribuído pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa às famílias em 2021 também foi aplicado em rendas, quartos e pensões. Consultas médicas e medicação são outras das despesas básicas que nem todas as famílias conseguem pagar, incluindo idosos com pensões baixas. A pandemia fez disparar em 33% o número de beneficiários do programa Abem, que se destina a pagar medicamentos prescritos a quem não os consegue comprar. O projeto da Associação Dignidade abrange agora 28 mil pessoas e a grande maioria deixava de pagar outras despesas para poder comprar os

medicamentos. Os transportes são outro problema. Em Viseu, que assistiu a um alívio das dificuldades em 2021, a realidade parece estar agora a agravar-se. "As pessoas retomaram os seus empregos, mas nota-se um aumento do custo de vida, por exemplo nos transportes. As que trabalham a uma certa distância de casa são obrigadas a usar carro, porque a rede de transportes públicos não permite equilibrar horários. E as que fazem uma centena de quilómetros diariamente dificilmente conseguem agora suportar a despesa", afirma Felisberto Marques, diretor da Cáritas de Viseu. "Além disso,

vemos aumentar os pedidos de ajuda com rendas, medicamentos, luz e gás."

CONTAS POR PAGAR E ENDIVIDAMENTO

Para muitas famílias, a pandemia deixou um peso acrescido: despesas por pagar. Há quem tenha já pedido planos de fracionamento de dívidas, como rendas ou contas da luz e telecomunicações em atraso, juntando agora a prestação em atraso às despesas correntes. "Basta pensar como é que um reformado com €400 de pensão consegue pagar a renda, os medicamen-

tos, luz, água e gás, além das compras no supermercado", lembra Natália Nunes, diretora do Gabinete de Proteção Financeira da Deco, que apoia pessoas endividadas. Quase 70% das famílias que recorrem aos serviços deste ano estão a trabalhar. "E mais de 20% têm rendimentos até ao salário mínimo nacional, ou seja, menos de €705." O principal motivo para as dificuldades atuais destas famílias é a diminuição de rendimentos, "seja de trabalho informal que deixou de existir, das horas extraordinárias que não foram recuperadas ou dos negócios que encerraram e que

não só deixaram de ser fonte de rendimento como agora significam um aumento de dívidas", descreve a especialista da Deco.

POBREZA PERSISTENTE

De crise em crise, há sempre uma franja da população que não recupera, dependendo de apoios sociais para subsistir. Todas as instituições lidam com esse lado persistente da pobreza, que exige uma atenção particular, frisa Ana Soeiro, da Cáritas de Beja. "Era preciso trabalhar as competências pessoais e sociais destas pessoas para lhes permitir quebrar o ciclo e ver a vida por outro prisma."

XBOX ALL ACCESS

O TEU PASSE DE ACESSO COMPLETO DA XBOX

A PARTIR DE 24,99€/MÊS
DURANTE 24 MESES SEM JUROS* TAEG 0%*



- Consola Xbox Series X ou Xbox Series S
- 24 meses de Xbox Game Pass Ultimate
- Sem custos iniciais

EXCLUSIVO **worten** **universo.**

*Lista de Crédito: Campanha especial sem juros e sem custos, válida de 3 de maio a 30 de junho de 2022. TAEG 0%, 599,76€ e (24 x 24,99€). TAN 0%. Crédito sujeito a aprovação e concedido pela Univera, I.M.S., S.A. A Worten - Equipamentos para o Lar, S.A. é intermediária de crédito a título acessório, com caráter de exclusividade com a Univera, I.M.S., S.A. com quem celebrou um contrato de vinculação, e encontra-se autorizada a apresentar ou propor contratos de crédito a consumidores. Saiba mais em universo.pt

Fundador: Francisco Pinto Balsemão

Expresso

17 de junho de 2022
2590 • €4,50

Director: João Vieira Pereira
Directores-Adjuntos: David Dinis, Martim Silva, Miguel Gadete e Paula Santos
Director de Arte: Marco Grieco

www.expresso.pt

24h

150 mil alunos inscritos nos exames
Os exames nacionais do ensino secundário começam esta sexta-feira, estando inscritos quase 150 mil alunos, que deverão realizar 263 mil provas, segundo dados do Ministério da Educação.

Ucrânia: Costa ouve partidos
O primeiro-ministro vai receber esta sexta-feira os partidos políticos com assento parlamentar. A convocatória serve para que se pronunciem sobre o pedido de adesão à União Europeia da Ucrânia, Moldávia e Geórgia, depois de conhecido o relatório da Comissão Europeia sobre o tema. O assunto não é unânime na UE.

Portugueses gastam nas férias
Os portugueses estão entre os europeus com mais vontade de viajar e estão, para tal, dispostos a gastar mais dinheiro, face a 2021, nas férias de verão deste ano, o primeiro já praticamente sem restrições relacionadas com a covid-19. €6

Medina sobre a pressão no SNS
O ministro das Finanças afirmou esta quinta-feira que a pressão no Serviço Nacional de Saúde (SNS) "não decorre de nenhum condicionamento financeiro", mas antes da falta de pessoal, adiantando que "seria mais fácil de resolver" se fosse esse o constrangimento.

5160284100102 11 02590

Integram esta edição semanal, além deste como principal, os seguintes cadernos: **ECONOMIA, REVISTA** e **o guia DE VERÃO 2**



Costa visitou sete países europeus em dois meses

Primeiro-ministro quer aumentar influência lá fora e tem privilegiado contactos com líderes europeus P6

Os melhores cortes de carne para a época dos churrascos P18

"Trump é Nixon com esteroides" – 50 anos do Watergate P29

Aumento da pobreza não aparece nos dados oficiais

- ➔ Condições de vida pioram apesar do recuo do desemprego
- ➔ Cáritas e Banco Alimentar apoiam mais famílias do que em 2019 ➔ 70% têm trabalho P20

Governo preparado para tirar poder à Ordem dos Médicos

Ministra disposta a recorrer a formação de médicos no estrangeiro para contornar faltas em várias especialidades P6

Há Urgências com 80% de tarefeiros P6

Disparam pedidos de ajuda de grávidas P7

Quem é o diretor de comunicação do Governo

Pragmático e ambicioso, João Cepeda deixou um negócio de sucesso para trabalhar com Costa P12

Ventura defende teoria que inspirou massacres

Sem qualquer base científica, teoria da grande substituição tem feito caminho na Europa e nos EUA P13

mantovani
Cozinha e Banho

www.mantovani.pt

GUIAS DE VERÃO EXPRESSO CENTRO

PORTUGAL SECRETO

Os melhores locais para visitar em Portugal

PORTUGAL SECRETO

GUIAS DE VERÃO

CENTRO SEGUNDO DE SETE GUIAS **HOJE GRÁTIS**

idealista

A app imobiliária líder em Portugal

ASSISTENTE DIGITAL CAIXA

Caixa, transfere 20€ para a Joana.
Diga olá à Assistente Digital da app Caixadirecta.

Saiba mais em cgd.pt

Caixa. Para todos e para cada um.

Caixa Geral de Depósitos, S.A., registada junto do Banco de Portugal sob o nº 35.